

A cidade esquecida Pobreza em bairros degradados de Lisboa

Ana Cardoso*
Heloísa Perista*

Resumo: O surgimento e consolidação dos bairros degradados em Lisboa é um processo indissociável do crescimento da cidade e da estruturação da sua Área Metropolitana. Tentar clarificar estas relações, encarando-se a existência de bairros degradados como uma expressão espacial de fenómenos de segregação social, eis o objecto da primeira parte deste artigo.

Numa segunda parte, e restringindo-se a abordagem à problemática do alojamento, ensaia-se uma breve análise comparada da situação da população migrante e da população nacional residentes em bairros degradados de Lisboa.

1. A habitação degradada no contexto urbano-metropolitano de Lisboa

A pressão demográfica que se exerce sobre a cidade de Lisboa ao longo deste século fez emergir uma multiplicidade de problemas sociais, entre os quais o do alojamento.

Já no início do século, as carências habitacionais levaram, por exemplo, à construção das vilas operárias, o que, no entanto, não veio resolver os problemas sentidos; as “vilas” acabaram por constituir uma resposta pontual e insuficiente para a necessidade dos mais pobres.

Nesse contexto, as populações de mais fraca capacidade económica apenas encontram alternativas de habitação vivendo em quartos, em partes de casa, em casas demasiado pequenas para a dimensão da família, em bairros de barracas.

Começa, então, a assistir-se à proliferação dos “bairros de lata”, onde não se pagava renda, mas onde continuavam a faltar as condições mínimas de habitabilidade e conforto. Entra-se, assim, naquela que se

Sociólogas; investigadoras no CESIS — Centro de Estudos para a Intervenção Social.

considera ser a primeira fase de evolução da construção ilegal, a qual se prolonga até 1965/68 (cfr. SOARES, 1985).

Os bairros de barracas vão alastrando pela cidade acabando por a envolver num “anel” de habitação degradada. Os primeiros desses bairros são o Bairro da Liberdade, em Campolide; o Bairro das Minhocas, no Rego; a Quinta da Curraleira, em S. João; ou seja, bairros que se localizam em freguesias periféricas, ainda que interiores à própria cidade.

Nas primeiras décadas do regime salazarista, “a intervenção do sector público na produção directa dos alojamentos foi sempre diminuta” e visava, sobretudo, “uma função política e uma função simbólica: normalização social e familiar, afirmação da capacidade realizadora do Regime e do seu providencialismo social” (FERREIRA, 1987). Só muito tímida e pontualmente se esboçam acções no sentido de melhorar as condições de habitabilidade das classes trabalhadoras. Como resultado dessa política, chega-se a finais dos anos 50, inícios dos 60, com uma enorme carência de alojamentos¹, arrastando-se os problemas de natureza qualitativa a ela associados.

Por essa altura, o aprofundamento das relações de produção capitalista na agricultura e o surto de industrialização nas cidades provocam o aumento da pressão demográfica sobre os centros urbanos, em particular sobre Lisboa.

O crescimento da capital torna-se, então, o crescimento das suas periferias. A população de Lisboa ultrapassa os seus limites concelhios e começa a procurar “fora de portas” o seu local de residência, em busca das casas que começam a faltar em Lisboa, ou de rendas mais acessíveis.

Também os “bairros de lata” iniciam um processo de expansão para fora da Cidade. Não tanto porque no interior da cidade se tivessem esgotado os terrenos propícios a esta forma (marginal) de implantação urbana, mas porque, entre outros factores, e em determinados períodos, a acção camarária se fazia sentir no sentido de “limpar” a cidade de tais construções. Parte dos bairros de barracas que surgem nas décadas de 50/60 implantam-se exactamente nas fronteiras administrativas do concelho, do “lado de lá” da estrada, onde já não é Lisboa.

Analisando os dados fornecidos pelo Recenseamento Geral da População, de 1950 a 1981, confirma-se o grande crescimento dos bairros de lata nos anos 50, em particular nos concelhos da periferia de Lisboa. Este fenómeno de explosão (expulsão) da habitação degradada é mesmo anterior ao “salto” da população residente nesses concelhos (década de 60). De qualquer modo, parece poder afirmar-se que o desenvolvimento desta forma de *habitat* degradado, embora presente ao longo do processo de

crescimento verificado em Lisboa desde o início do século, adquire uma expressão particularmente significativa nas últimas décadas, acompanhando a formação da Área Metropolitana de Lisboa.

Paralelamente a uma expansão para “fora de portas”, os “bairros de lata” mudam a sua imagem, consolidam-se, evoluindo para formas mais próximas do chamado “clandestino”.

Essa substituição de barracas por casas de “alvenaria abarracada”² foi um processo que se fez sentir, sobretudo, nos concelhos periféricos da margem norte de Lisboa. Tal processo desencadeia-se a partir dos finais dos anos 60, acentua-se após 1974 e estende-se pela década de 80.

Dentro da própria cidade, embora esse processo não se tenha feito sentir com tanta intensidade, tem-se manifestado, também, em bairros de implantação mais recente, que surgem nas freguesias que constituem como que uma periferia interna ao próprio concelho de Lisboa (Carnide e Charneca, sobretudo).

Na maior parte dos bairros onde a evolução para o alojamento “abarracado” se tem verificado em maior escala, predomina uma população de origem africana, sobretudo cabo-verdianos (B. Estrela de África; Fontaínhas; 6 de Maio; Quinta Grande; Quinta da Pailepa e outros).

Procurando saber em que sentido a grande mancha dos “bairros de lata” alastrou pela cidade de Lisboa, verifica-se que tal mancha se fixou mais intensamente na parte oriental, numa proximidade com o eixo industrial ribeirinho, e nas freguesias da periferia interna da cidade, na zona norte e noroeste, na confluência com os concelhos de Loures, Amadora e Oeiras.

Estes concelhos foram, de facto, aqueles onde o crescimento dos “bairros de lata” foi mais acentuado.

Algumas questões se poderão colocar em torno da localização destes bairros. Repare-se que os concelhos acima referidos apresentam uma oferta de emprego na indústria bastante significativa. São também, entre os concelhos da margem norte, aqueles onde os valores da densidade populacional são mais elevados. Todos eles estão numa situação de grande acessibilidade relativamente à capital.

Estes concelhos parecem, pois, ter características “óptimas” para o surgimento de “bairros de lata”, ou melhor, para “acolherem” o tipo de população que, geralmente, neles reside.

O facto de serem concelhos de grande crescimento populacional proporcionou um incremento na indústria de construção civil e, concomitantemente, na oferta de trabalho num sector que muitos dos residentes daqueles bairros ocupam. A concentração populacional e a dependência que a generalidade da população destes concelhos manifesta

em relação ao emprego em Lisboa, bem como o crescimento das taxas de actividade feminina, terão conduzido, por seu turno, a uma procura crescente de pessoal (sobretudo de mulheres) para serviços domésticos — recorde-se o peso das mulheres residentes em bairros degradados que trabalham nos serviços pessoais e domésticos. Por outro lado, a sua proximidade a Lisboa facilita muito o acesso à capital dos residentes nos bairros em questão, com vista ao exercício de actividades económicas, tais como a venda ambulante, por exemplo, ou em termos do acesso a determinados serviços e equipamentos.

Focando, agora, a atenção no interior dos limites concelhios de Lisboa, verifica-se que os bairros que se implantaram, nas primeiras décadas do século, em freguesias como Penha de França, São João, Campo Grande ou N. S^a de Fátima, e que se podem considerar como tendo uma localização central, foram “envolvidos” por construções clássicas, em função do próprio processo de crescimento da cidade.

Para além disso, regista-se uma tendência para este tipo de bairros surgirem em terrenos expectantes, muito acidentados, de difícil acesso — encostas, declives, vales -, em zonas insalubres perto de ribeiras ou lixeiras, em áreas cuja morfologia as fez resistir à urbanização.

Todas estas referências parecem, pois, evidenciar o facto de que a localização desses bairros, enquanto um tipo de apropriação do espaço urbano, constitui “um exemplo de que essa apropriação não é um processo neutro nem aleatório mas que se efectua em função da exclusão ou quase exclusão de certos grupos sociais de certos locais!” (CARDOSO, 1993).

A reforçar esta perspectiva, pode recordar-se que mesmo os bairros que se destinam a realojar as populações de “bairros de lata” — realojamentos precários ou realojamentos em alojamento clássico — se implantaram no espaço urbano de acordo com uma lógica semelhante, isto é, mesmo quando realojadas estas populações são “atiradas” para as margens das zonas centrais de acessibilidade, de acordo com uma lógica urbanística que tem dado expressão espacial a uma crescente segregação social.

Este facto verifica-se, ainda melhor, quando se constata a implantação destes bairros dentro de cada uma das freguesias. Um dos exemplos mais flagrantes é o do Bairro da Boavista, bairro de realojamento que, embora se localize na freguesia de Benfica, surge perfeitamente isolado em pleno Monsanto. Por outro lado, o próprio contexto que, de um modo geral, envolve os bairros degradados, inclusivé os de realojamento, marca bem a “distância” em relação ao resto da cidade: ausência de equipamentos, de serviços, de espaços verdes (embora muitas vezes previstos nos respectivos planos de construção), com lixo e ervas a crescerem nos espaços públicos e nos sectores ainda não construídos.

De resto, a própria existência de bairros degradados torna-se a expressão mais evidente de como a “falta de resposta às necessidades de espaço das classes mais desfavorecidas constitui (...) uma forma de promover a segregação” (GASPAR, 1987).

O fenómeno barraca/”bairro de lata” aparece, pois, muito associado à cidade de Lisboa e à sua Área Metropolitana³. Não se pretende com isto afirmar que ele deva ser entendido como um mero problema “local”, derivado exclusivamente de um persistente desequilíbrio entre oferta e procura de habitações. Pelo contrário, o problema da habitação em geral, e mais especificamente o problema da habitação degradada/”bairros de lata”, não pode dissociar-se do processo de crescimento e industrialização da capital. “Expressão mais visível da pobreza, os bairros de habitação degradada e as famílias que neles residem marcam bem os contrastes, as assimetrias no seio da própria capital do país e sua área metropolitana; revelam bem que a pobreza em Lisboa decorre do “modo de ser” seguido por esse crescimento” (CARDOSO, 1993).

2. O alojamento em bairros degradados: breve análise comparada da situação dos imigrantes e da população nacional que neles residem

As manchas de *habitat* degradado são, tal como se verificou anteriormente, um elemento que acompanhou o processo de crescimento de Lisboa e de estruturação da sua Área Metropolitana.

É, no entanto, inegável que a expansão recente dos bairros degradados de Lisboa se fica a dever, em larga medida, à ocupação destes espaços por pessoas oriundas das ex-colónias portuguesas.

Neste contexto, tem-se assistido, em paralelo, ao desenvolvimento de dois processos: por um lado, à consolidação de bairros degradados já existentes, sobretudo no centro da cidade, que até aí eram ocupados por população nacional, e que assim se tornam bairros pluri-étnicos, nos quais coabitam brancos, africanos e indianos, por exemplo; por outro lado, criam-se novos espaços de *habitat* espontâneo, geralmente nas periferias de Lisboa, em muitos casos ocupados quase exclusivamente por imigrantes.

Ou seja, as comunidades imigrantes em Portugal, num contexto global de difícil acesso a um alojamento condigno, são profundamente afectadas por fenómenos de segregação sócio-espacial. O alojamento revela-se, assim, como o principal problema que, de acordo com a sua própria opinião, estes imigrantes têm de enfrentar, tanto à chegada a Portugal como no momento presente.

Os imigrantes encontram-se claramente sobrerrepresentados entre a população que reside em bairros degradados⁴. Importante será indagar sobre até que ponto é que, entre o conjunto da população residente nestes bairros, os imigrantes serão, ou não, alvo de formas de exclusão específicas, em domínios relacionados com o alojamento.

Nesse sentido, recorreu-se a duas bases de dados, constituídas no âmbito do Departamento de Pesquisa Social (que, em Janeiro de 1992, deu lugar à constituição do CESIS — Centro de Estudos para a Intervenção Social).

Os elementos relativos à população nacional residente em bairros degradados de Lisboa e suas periferias próximas foram apurados a partir de um tratamento informático específico do Inquérito PURB. 87 (SILVA, *et al*, 1989) através do qual se autonomizou os inquéritos relativos a famílias de origem nacional que residem na zona de Lisboa (num total de 475 inquéritos).

Por outro lado, a recolha de dados sobre os imigrantes baseou-se no estudo sobre as Minorias Étnicas Pobres em Lisboa (BRUTO DA COSTA e PIMENTA, Coord., 1991). Esta pesquisa incidiu sobre 130 bairros de *habitat* degradado de Lisboa e freguesias contíguas dos concelhos limítrofes e assentou na aplicação de um inquérito por questionário, em finais de 1990, a uma amostra de 1061 famílias, representativa de um universo estimado em cerca de 50000 pessoas.

A amostra-base deste inquérito abrangia indivíduos e famílias pertencentes às comunidades africanas dos países de língua oficial portuguesa, indianos, timorenses e ciganos. Numa segunda fase, houve portanto que constituir uma nova base de dados, da qual se retirou os ciganos por estes constituírem uma minoria étnica mas não uma comunidade migrante. Trabalhou-se, deste modo, a partir de uma amostra de 949 famílias (cerca de 5000 pessoas), composta por caboverdianos, angolanos, moçambicanos, são-tomenses, guineenses, indianos e timorenses⁵.

A partir do conjunto de procedimentos acima descrito, obteve-se uma série de indicadores que permitem, embora com certas limitações, proceder (entre outros aspectos) a uma comparação das condições de alojamento dos imigrantes e da população nacional residentes em bairros degradados, na cidade de Lisboa e nas suas periferias próximas.

Antes de mais, convém precisar que, dentro da tipologia de *habitat* degradado considerado, a residência em bairros de realojamento em alojamento clássico é mais frequente entre a população nacional do que entre a população migrante. Estes últimos, na sua grande maioria, vivem em bairros de *habitat* espontâneo, em barracas ou em casas de alvenaria abarracada⁶.

Esta situação não será, certamente, alheia ao facto de persistirem restrições legais ao acesso das famílias imigrantes a programas de habitação social.

Para além da precaridade dos materiais utilizados e das deficiências de construção, um dos aspectos que caracteriza os alojamentos nestes bairros de *habitat* degradado é a sua reduzida dimensão, sobretudo quando comparada com o número médio de elementos por família (número esse que é elevado, particularmente entre as famílias imigrantes).

Veja-se, pois, alguns indicadores da densidade da ocupação dos alojamentos, enquanto elemento que permite uma primeira avaliação das condições de habitabilidade destas famílias.

Relativamente aos imigrantes: dos alojamentos com apenas uma divisão (5% do total), 56% são ocupados por famílias com 3 ou mais elementos; 55% dos que têm duas divisões (21% do total) são ocupados por famílias com 4 ou mais elementos; e dos que têm três divisões (37% do total), 34% são ocupadas por famílias com 6 ou mais elementos.

Em relação aos nacionais que residem em bairros degradados de Lisboa, os mesmos indicadores assumem valores relativamente mais baixos: 39% dos alojamentos com uma divisão (que constituem 4% do total dos alojamentos incluídos na amostra) são ocupados por famílias com 3 ou mais elementos; 35% dos que têm duas divisões (18% do total) são ocupados por famílias com 4 ou mais elementos; e em 22% dos que têm três divisões (35% do total) residem famílias com 6 ou mais elementos.

Verifica-se, pois, que nos bairros degradados de Lisboa é genericamente muito forte a densidade de ocupação das habitações, sendo esta, porém, ainda mais significativa entre as famílias imigrantes, com todas as consequências que daí decorrem em termos de sobreocupação do espaço, perda de privacidade, falta de condições de estudo para as crianças e jovens, etc.

Por outro lado, muitos destes alojamentos não estão dotados de condições sanitárias e de infra-estruturas básicas, revelando-se graves carências neste domínio.

Também aqui, e uma vez mais, se afigura a situação particularmente desfavorecida das famílias imigrantes. Ou seja, se as carências ao nível da infra-estruturação dos alojamentos atingem todas as famílias residentes em bairros degradados, será entre os imigrantes que elas se farão sentir com mais intensidade, sobretudo no que respeita à dotação da habitação com água e luz.

Refira-se, ainda que, na generalidade dos casos, estas carências se tornam cumulativas, na medida em que, por exemplo, não dispôr de luz eléctrica ou de água canalizada inviabiliza o usufruto de outras como-

didades, como seja uma máquina de lavar roupa ou mesmo instalações sanitárias condignas.

Muitas destas famílias sofrerão, pois, privações múltiplas no domínio das condições de base dos alojamentos; tais privações não deixarão, decerto, de se reflectir, quer no duro agravamento das condições de vida destas famílias, quer na limitação dos seus hábitos de higiene e na própria deterioração do seu estado de saúde.

Um outro aspecto que permite completar este breve quadro de caracterização do nível de conforto das famílias refere-se à disponibilidade de alguns bens de equipamento doméstico. A falta de alguns destes bens influi necessariamente na qualidade de vida e tem consequências gravosas, nomeadamente sobre a penosidade das tarefas domésticas e sobre a redução dos tempos de lazer; constitui, ainda, mais um importante indicador de exclusão de um padrão de vida urbana socialmente instituído.

Em relação a alguns equipamentos domésticos, é possível comparar o nível de carência sentido por imigrantes e nacionais.

Também ao nível do equipamento doméstico, são as famílias imigrantes que apresentam níveis mais elevados de carência, relativamente a bens tão essenciais como o frigorífico ou mesmo o fogão.

Para além dos equipamentos já referidos, as famílias imigrantes residentes em bairros degradados de Lisboa vêm-se, ainda, frequentemente privadas de bens como o esquentador (em 67% dos casos), a máquina de lavar roupa (65%) ou o telefone (72%).

Todas estas carências em termos de equipamento doméstico mas também de condições básicas dos alojamentos, enquadradas nas deficientes condições de habitabilidade nos bairros degradados, se tornam ainda mais flagrantes e chocantes quando se toma em consideração o facto de estes bairros se situarem na cidade de Lisboa e nas suas periferias próximas; esta é uma região que constitui uma das mais ricas e desenvolvidas de Portugal e que, portanto, apresenta níveis médios de conforto superiores à média nacional; mas é, também, como os elementos avançados prefiguram, uma zona de fortes contrastes sociais onde a construção de novas urbanizações de luxo se realiza paralelamente à consolidação e expansão de vastas manchas de *habitat* degradado, para onde são segregadas as categorias sociais de menores recursos, e nomeadamente os imigrantes em situação de pobreza.

Uma outra dimensão importante da problemática do alojamento em *habitat* degradado é a relação entre os moradores e o seu bairro.

A este nível, apesar das deficientes condições de alojamento da generalidade das famílias residentes em bairros degradados de Lisboa, a maioria dos seus representantes afirmam que gostam de morar no seu

bairro. Com efeito, 69% dos imigrantes e 60% dos nacionais inquiridos responderam nesse sentido.

Por um lado, há um reconhecimento, mais nítido entre os nacionais, de que o bairro apresenta um conjunto de carências e problemas, pelo que a “falta de condições” é frequentemente referida pelos moradores como um factor que os leva a não gostar do bairro onde vivem.

Por outro lado, são sobretudo razões de ordem afectiva, ligadas a relações familiares e de vizinhança, que surgem valorizadas positivamente pelos moradores, em particular pelos imigrantes: considerar que o bairro “tem bom ambiente” ou “ter amigos” no bairro constituem as principais razões evocadas por aqueles que gostam de viver onde vivem.

Tentar compreender o significado de um predomínio de atitudes positivas face ao bairro onde residem, por parte dos imigrantes, implica considerar, antes de mais, os países de origem destas pessoas. Oriundos de países pobres, cujos padrões médios de conforto são muito deficientes, o quadro de referência de muitos destes imigrantes, nomeadamente para a apreciação da sua situação actual de residência, continua a ser o da sua terra de origem e não o da sociedade de acolhimento, mais desenvolvida e urbanizada, na qual permanecem sub-integrados. Deste modo, as más condições de vida actuais poderão ser, em muitos casos, melhores do que aquelas que os indivíduos conheceram num passado recente.

Por outro lado, deve sublinhar-se que parte da vida quotidiana é vivida no interior do bairro, muitas vezes no meio de conterrâneos, num ambiente em que se tenta reproduzir, na medida do possível, os modelos sócio-culturais de origem. Fomentam-se, assim, fortes relações afectivas e de solidariedade entre familiares e vizinhos⁷ que partilham um espaço de residência comum. Este processo, que assenta na concentração espacial de familiares e conterrâneos, pode, também, ser entendido como uma estratégia de auto-defesa face a uma sociedade que, por vezes, é ou poderá ser hostil ou encarada como tal.

Todos estes factores pesarão, por certo, na imagem positiva que os imigrantes formam do seu bairro de residência, imagem essa que surge em nítida contradição com as condições objectivas de vida observadas nesses bairros.

Registe-se, ainda, que o facto de ter amigos ou familiares que aí residem determinou, em parte significativa dos casos, a “escolha” de um determinado bairro para viver por parte dos imigrantes. Com efeito, entre as razões mais frequentemente apontadas pelos próprios para morarem no seu bairro, surgem quase equiparadas razões que se prendem com a falta de dinheiro para conseguir uma casa numa zona não degradada (em 25% das respostas) e com o ter familiares ou amigos no bairro.

3. Algumas questões em torno do (re)alojamento

Apesar de tantas vezes ignorados e esquecidos, os bairros degradados, e em particular os bairros de *habitat* espontâneo, são a face mais visível da pobreza em meio urbano.

Embora neste artigo se tenha optado por falar da população residente nestes bairros numa óptica limitada à sua carência de alojamento, importa salientar que a pobreza não se restringe, de modo algum, a esta dimensão. Com efeito, residir em bairros de “*habitat* espontâneo” veio a revelar-se um indicador bastante pertinente da pobreza, enquanto fenómeno multi-dimensional. Grande parte das famílias que aí residem apresentam um nível de despesa abaixo do limiar de pobreza absoluta (60%, em 1986/87) e, para além disso, acumulam uma outra série de desvantagens: integram as profissões menos prestigiadas e pior remuneradas, pertencem às camadas menos escolarizadas, correm mais riscos de saúde, vivem na “urgência” de satisfazer o quotidiano, o que lhes deixa pouco tempo para viver a sua infância e juventude e para perspectivar o futuro.

Mas residir em bairros degradados não é apenas um indicador da pobreza. Este facto pode também constituir-se num dos factores que aumentam a probabilidade de se permanecer em situação de pobreza. Residir num bairro degradado transporta consigo, nomeadamente, um inegável “estigma” social que certamente dificulta o estabelecimento de relações sociais com outras pessoas para além dos familiares e vizinhos.

Tendo em conta a importância de um alojamento digno, inclusivamente para uma estável e não conflituosa vida familiar, e tendo em conta as carências dos bairros de “*habitat* espontâneos” descritas no ponto 2, parece poder concluir-se que o realojamento será uma das medidas de política mais urgentes para as populações que aí residem.

No entanto, é de notar que se o realojamento resolve alguns dos problemas derivados das más condições de habitabilidade, ele não se tem revelado suficientemente eficaz, só por si, no combate à pobreza e à exclusão social.

Antes de mais, porque a pobreza deve ser encarada numa perspectiva multidimensional, não se restringido, como tal, às carências habitacionais. Por outro lado, o modo como se tem realizado grande parte dos processos de realojamento não deixa de merecer algum questionamento.

A primeira questão prende-se com o facto de que a grande maioria dos realojamentos tem conduzido à manutenção de grandes agrupamentos de famílias pobres. Desta forma, os bairros de realojamento permanecem locais de concentração de inúmeros problemas sociais, o que certamente dificulta os processos de saída da pobreza e impede uma integração na

sociedade envolvente por parte das populações que aí residem, as quais continuam a ser socialmente segregadas.

Essa segregação é bem patente no que diz respeito ao tipo de alojamento que lhes é destinado — normalmente de má qualidade propiciando uma rápida degradação — assim como na espacialização desse mesmo realojamento.

Como anteriormente se verificou, os bairros de realojamento tendem a apresentar uma localização periférica e a estar relativamente isolados do contexto urbano envolvente.

Em muitos casos, mais do que proporcionar às populações boas condições de habitabilidade, a necessidade de realojar é ditada por razões de especulação fundiária, em particular quando se trata de antigos bairros de lata “envolvidos” pelo centro da cidade devido ao próprio crescimento desta. Faz-se, assim, sentir a urgência de dar uma outra utilização mais rentável ao espaço — seja através da implantação de actividades terciárias, seja pela ocupação residencial de outras camadas sociais. Noutras situações, ainda, entra em jogo a construção de estradas ou de outras infra-estruturas. Em qualquer dos casos, os antigos residentes são, muitas vezes, expulsos para outras zonas, menos acessíveis, sub-equipadas e deficientemente integradas na cidade, o que certamente contribuirá para as dificuldades de adaptação ao novo alojamento.

“Um realojamento, na medida em que implica mudança de casa, conduz sempre a uma reestruturação da vida quotidiana e de todo um conjunto de práticas ligadas ao meio de residência — as relações de vizinhança; os locais de compras, de lazer; os transportes; o trajecto casa-trabalho. Está subjacente a passagem para um novo quadro de vida e uma adaptação a esse mesmo quadro” (CARDOSO, 1993).

Mesmo quando a transferência para outras zonas da cidade não se verifica, a mudança para outro tipo de casa é quase uma constante. Ou seja, de casas térreas, normalmente unifamiliares, as populações realojadas passam a viver em prédios de vários andares onde vivem diversas famílias. Não só se quebram as antigas redes de vizinhança, como se corta a relação entra a casa e a rua, que tantas vezes funciona como um prolongamento das habitações. Há, pois, que “reaprender” a utilização do espaço-casa, do espaço-rua.

Esquece-se sistematicamente que não é a população a realojar que deverá adaptar-se ao realojamento mas este é que deve “contemplar as identidades sócio-culturais em presença, os modelos de *habitat* diferenciadamente interiorizados, as redes de relações pré-existentes, os laços de sociabilidade construídos, os projectos e estratégias de vida” (RODRIGUES, 1989).

Uma outra questão que se poderá colocar em torno dos processos de realojamento diz respeito à falta de capacidade de, pelo menos parte significativa dos mesmos, para promover a participação das populações.

Sistematicamente, as populações pobres vêm-se privadas do direito de fazerem as suas escolhas. Se no caso dos bairros de “*habitat* espontâneo”, em particular naqueles onde predomina uma população de origem africana, os bairros crescem, essencialmente, à custa das relações familiares e de amizade, ou seja, as populações, embora condicionadas pelos seus fracos recursos económicos, “optam” por este ou aquele bairro de acordo com as suas relações afectivas, nos bairros de realojamento, a ideia de que se reside ali por se ter escolhido o bairro é muito mais diluída. Regra geral, os indivíduos afirmam que ali moram porque “não têm dinheiro para ir para outro sítio”.

Verifica-se, pois, que a maior parte da população realojada não sente que tenha verdadeiramente escolhido morar no bairro onde reside. Esta dependência de alguém para satisfazer uma necessidade básica como é o alojamento (ser pobre não é apenas não ter, mas é também não ser auto-suficiente, cfr. SILVA, et al, 1989), bem como uma certa ausência de um sentimento de pertença face ao local de residência, poderiam ser obviadas se as populações fossem, mais frequentemente, chamadas a participar, fossem ouvidas, nomeadamente quanto ao tipo de casa e à sua localização, sobretudo, se essa participação se traduzisse efectivamente na forma de realojar.

Descurada tem sido, igualmente, a organização das populações no pós-realojamento. Muitas comissões de moradores esmorecem o seu dinamismo, outras cessam mesmo a suas actividades, outras nunca chegam a existir. Por outro lado, não têm surgido formas alternativas de organização das populações que permitam e incentivem a sua participação na vida do bairro, que a (co)-responsabilizem pelo arranjo, conservação, higiene dos espaços exteriores e dos próprios edifícios (sem que isso significasse, naturalmente, uma demissão das autarquias ou de outras entidades responsáveis pelo realojamento, relativamente a tais cuidados).

Estas são apenas algumas das questões que podem ser colocadas em torno da problemática do realojamento de populações oriundas de bairros de “*habitat* espontâneo”, sobretudo num contexto em que se tenta implementar um conjunto de programas de erradicação das barracas, nomeadamente em Lisboa e na sua Área Metropolitana.

Notas

- ¹ Estimada em cerca de 500 mil fogos para o total do País (cfr. FERREIRA, 1987).
- ² Na tipologia de bairros degradados definida em SILVA (1989), estas casas de alvenaria abarracadas, em conjunto com as barracas, são designadas por formas de *habitat* espontâneo.
- ³ De acordo com os resultados do recenseamento Geral da Habitação de 1981, 75% das famílias residentes em barracas concentravam-se no distrito de Lisboa.
- ⁴ De acordo com os resultados do Inquérito à Pobreza Urbana em Portugal (PURB. 87), cerca de 22% dos inquiridos em bairros degradados de Lisboa e das suas periferias próximas eram imigrantes, enquanto que a percentagem de imigrantes residentes na zona de Lisboa no seu conjunto não ultrapassava os 10% (Cfr. CARDOSO, 1993).
- ⁵ Para a definição da pertença às várias comunidades imigrantes, adoptou-se um critério de naturalidade dos indivíduos, uma vez que, dada a sua origem de ex-colónias de Portugal, alguns destes indivíduos conservam ainda a nacionalidade portuguesa.
- ⁶ A este nível, a comunidade timorense constitui uma excepção, na medida em que muitos dos seus elementos residem actualmente em bairros de realojamento definitivo. Esta é, porém, uma situação relativamente recente já que, ao longo de mais de uma década, a comunidade timorense se concentrava em zonas fortemente degradadas.
- ⁷ A este respeito, refira-se que quase metade (47%) dos imigrantes inquiridos declararam poder contar incondicionalmente com a ajuda dos vizinhos, em caso de necessidade (a que se poderá acrescer 29% que pensam poder contar com essa ajuda em certas situações).
Os nacionais revelam uma menor confiança nas solidariedades de vizinhança, já que as percentagens correspondentes são 38% e 27%, em relação a todas e a algumas situações, respectivamente.

Referências bibliográficas

- BRUTO DA COSTA, Alfredo, e PIMENTA, Manuel (1991), *Minorias étnicas pobres em Lisboa*, Lisboa, DPS (documento policopiado).
- CARDOSO, Ana (1993), *A outra face da cidade — pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- FERREIRA, A. Fonseca (1987), *Para uma nova política de habitação*, Lisboa, Afrontamento.
- GASPAR, Jorge (1987), "Ocupação e organização do espaço — retrospectiva e tendências", *Portugal — os próximos 20 anos*, I Vol., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- RODRIGUES, Walter et al (1989), "Alto do Lumiar: um complexo projecto de intervenção urbanística", *Sociedade e Território*, nº 10-11.
- SILVA, Manuela, et al (1989), *Pobreza urbana em Portugal*, Lisboa, Cáritas/CRC.
- SOARES, Bruno, et al (1985), "Urbanização clandestina na Área Metropolitana de Lisboa", *Sociedade e Território*, nº3.